

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 11 de maio de 2021 às 07h21*  
*Seleção de Notícias*

## Economia & Negócios -Estadão.com | BR

Patentes

**Só devemos defender quebra de patentes caso seja uma solução para o problema atual . . . . .** 4  
ECONOMIA | O ESTADO DE S.PAULO | LAURA KARPUSKA

## O Estado de S. Paulo | BR

11 de maio de 2021 | Marco regulatório | INPI

**A importância das patentes . . . . .** 6  
ESPECIAL - INFORME

11 de maio de 2021 | Marco regulatório | INPI

**Decisão do STF amplia insegurança . . . . .** 8  
ESPECIAL - INFORME

11 de maio de 2021 | Patentes

**União contra um problema global . . . . .** 9  
NOTAS & INFORMAÇÕES

## Terra - Notícias | BR

Patentes

**Governo Joe Biden: as políticas à esquerda que põem o presidente em posição inédita na história recente dos EUA . . . . .** 11  
MUNDO

## Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Propriedade Intelectual

**Nocauteada pela covid, Índia não consegue cumprir a promessa de 'salvar a humanidade' na pandemia . . . . .** 16  
GERAL | THE NEW YORK TIMES

## Exame.com | BR

Patentes

**Farmacêuticas têm opções legais limitadas em quebra de patentes . . . . .** 19  
BLOOMBERG

## Folha.com | BR

Patentes

**OMC e governo Biden prestam desserviço ao apoiarem suspensão de patentes de vacinas . . . . .** 22

Patentes

**País precisa ampliar produção de vacinas e buscar novos fornecedores, dizem pesquisadores . . . . .** 23  
EQUILÍBRIO

## R7 | BR

Patentes

**Empresa chinesa vai fabricar 1 bilhão de doses da vacina da Pfizer . . . . . 26**

## BOL - Notícias | BR

Patentes

**Mesmo com quebra de patentes, capacidade de produção de vacinas seria limitada em muitos países . . . . . 27**

# Só devemos defender quebra de patentes caso seja uma solução para o problema atual

ECONOMIA



O governo do presidente dos **Estados Unidos**, Joe Biden, anunciou na última semana o apoio à quebra temporária de **patentes** sobre **vacinas** contra a covid-19. As opiniões de economistas, juristas e outros especialistas foram divergentes. Alguns elogiaram a medida, dizendo que finalmente vamos conseguir ampliar a produção de vacinas com a socialização da sua tecnologia, reduzindo o poder de monopólio das empresas farmacêuticas. Outros disseram que isso é um tiro no pé aos incentivos para que mais laboratórios invistam em pesquisa para a criação de novas vacinas. Foi com este argumento, inclusive, que o governo alemão não apoiou a decisão norte-americana.

A indústria farmacêutica no mundo não funciona de forma competitiva, mas monopolística. Por isso, é preciso que governos e entidades civis monitorem o comportamento dessas empresas para que o seu poder de monopólio não ultrapasse limites aceitáveis, especialmente durante uma pandemia. A principal expressão do poder monopolista viria pela restrição de oferta das principais fabricantes de vacinas do mundo, forçando assim um aumento de preços. Ao que parece, as empresas não estão segurando produção. Pelo contrário, elas parecem continuar tentando produzir ao máximo, buscando contratos com países que entraram atrasados nas compras de vacinas, como é o caso do Brasil, e fornecendo licenças para produção de imunizantes em diversos países.

Poderíamos estar diante de um caso em que as empresas não estão segurando oferta para manipular preços, mas sim porque estão no limite da sua capacidade de produção e estão com dificuldades, ou

com poucos incentivos, para redistribuir produção. Caso este seja o gargalo, a **quebra** de patentes poderia trazer uma ajuda à oferta mundial de vacinas. No entanto, isso só aconteceria caso existam laboratórios já prontos que tenham capacidade de produção recebendo a tecnologia que está hoje protegida sob as **patentes**.

Concluimos que, se o fundamento do problema da restrição de oferta de vacinas é por conta de poder de mercado ou de superutilização da capacidade instalada das empresas ofertantes, a **quebra** de patentes seria uma condição necessária para o aumento da oferta de vacinas, mas não suficiente. Seria preciso garantir que existissem fábricas que tivessem tecnologia para fabricar as vacinas quando recebessem a tecnologia de produção.

Mas e se o problema da oferta global de vacinas hoje não é nem poder de mercado e nem superutilização de capacidade instalada? Bem, nesse caso, o benefício líquido da quebra das patentes é menos claro. Especialistas dizem que existe um problema de oferta de insumos para as vacinas. Se essa for a verdadeira raiz do problema, talvez valesse mais o esforço em pensar por que estamos com estas restrições. As mesmas perguntas feitas para a vacina valem: o problema é poder de mercado, capacidade instalada ou impossibilidade de geração de insumos? **Quebra** de patentes sobre insumos faria sentido?

Muito vem se falando também sobre custos de quebra das patentes. A maior preocupação dos economistas especialistas da área de organização industrial, que se dedica a assuntos como esse, é a respeito da insegurança jurídica que isso poderia trazer ao mercado. Hoje, é a quebra de uma patente por conta de uma pandemia. E amanhã? Poderia algum governo abusar deste instrumento de forma indevida, gerando assim uma inconsistência intertemporal,

Continuação: Só devemos defender quebra de patentes caso seja uma solução para o problema atual

que reduziria muito os incentivos para empresas investirem em pesquisa? Acho que esse é um problema que poderia ser mais facilmente sanado.

O Brasil tem experiência no assunto. O artigo 71 da Lei 9.279 de 1996 autorizou o governo federal a **quebrar** patentes. "Nos casos de emergência nacional ou interesse público, declarados em ato do Poder Executivo Federal, desde que o titular da **patente** ou seu licenciado não atenda a essa necessidade, poderá ser concedida, de ofício, licença compulsória, temporária e não exclusiva, para a exploração da **patente**, sem prejuízo dos direitos do respectivo titular." Destaca-se aqui o "sem prejuízo dos direitos do respectivo titular". Isso porque o problema de inconsistência intertemporal e de desincentivo à pesquisa se torna menor quando as donas das **patentes** recebem por elas mesmo após a quebra, como foi o caso no Brasil. A insegurança jurídica é menor quando as empresas sabem que, mesmo que tenham que abrir a tecnologia, elas receberiam por isso. Vale destacar que muitas empresas farmacêuticas desenvolvem tecnologia em parcerias com universidades que, muitas vezes, contam com recursos estatais de fomento à pesquisa. Isso mostra que a discussão sobre a **quebra** de patentes desse tipo está longe de ser simples.

Sou uma entusiasta de **quebra** de patentes quando se remunera o capital intelectual investido naquela produção, sem gerar insegurança jurídica e desde que a justificativa para isso seja o contexto da pandemia. Mas, para que o entusiasmo se materialize em apoio à quebra, é preciso pensar se a patente em si é o fundamental do problema a ser atacado. No caso das vacinas contra a covid-19, as patentes não parecem ser o maior gargalo à restrição de oferta. Caso o pro-

blema seja mesmo de insumos, não seria mais eficiente um esforço global, liderado pela Organização Mundial da Saúde e pelos Estados Unidos, líder em criação e aplicação de vacinas no mundo, em coordenar oferta de insumos e produção? Para que isso acontecesse, o viés nacionalista da maioria dos países hoje teria que ser superado. Seria uma decisão diplomática e estratégica que exigiria mais esforço de líderes globais do que a quebra das patentes. Seria mais difícil de ser implementada também, imagino.

Nós, cidadãos, devemos sempre incentivar os políticos a buscar soluções verdadeiras para os problemas que nossos países enfrentam. Dessa forma, eles direcionem foco e recursos naquilo que realmente pode nos ajudar a superar dificuldades. Se não o fizermos, estaremos sempre deixando as portas abertas ao populismo, que apresenta soluções fáceis, mas não verdadeiras. Logo, só devemos defender **quebra** de patentes caso seja uma solução para o problema atual.

É preciso conhecimento técnico, análise de custos e benefícios individuais e sociais, busca por evidências, compreensão de quais incentivos políticos estão em jogo na execução dessa política e desenho de medidas que possam amenizar possíveis efeitos colaterais negativos dessa decisão. Não é fácil mesmo desenhar políticas públicas que funcionem de forma devida em um ambiente em que os conflitos de interesses são muitos. Ainda mais durante uma pandemia que já matou mais de três milhões de pessoas.

**\*É ECONOMISTA**



Continuação: A importância das patentes

A presidente da **Interfarma**, Elizabeth de Carvalho, concordou que a licença compulsória não traria benefícios efetivos para o enfrentamento da pandemia no Brasil, dada a complexidade envolvida numa eventual produção local que partisse do estágio inicial. "É preciso habilitar fábricas, desenvolver know-how e obter os insumos, que têm logística complicada." A expectativa é de que, ao longo do próximo ano, outros laboratórios coloquem vacinas no mercado e os países desenvolvidos distribuam seus excedentes, de tal forma que a oferta se tornará mais ampla e regular. Assim, toda a infraestrutura eventualmente mobilizada pelo Brasil para fabricar versões genéricas das vacinas deverá se tornar desnecessária em pouco tempo.

## VISÃO ESTRATÉGICA

A solução apontada pelos especialistas é a busca de estratégias consorciadas, em nome do esforço coletivo da humanidade para deter a pandemia. "E isso se faz com diálogo, porque rompimentos e decisões unilaterais certamente não são o melhor caminho", observou o senador Izalci Lucas, presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, também presente no debate.

Ele ressaltou a importância de investir na pesquisa e na inovação, para que, nas próximas gerações de va-

cinas contra a covid19 e contra outras doenças, o Brasil não dependa da compra ou da **quebra** de patentes. "Por isso é fundamental reforçar o sistema de patentes, em vez de atacá-lo", disse o senador.

Para Elizabeth, as circunstâncias da pandemia deveriam ser aproveitadas para que se desenvolva uma visão estratégica de pesquisa e desenvolvimento.

"Precisamos definir nossa agenda de inovação e tecnologia. Onde queremos estar daqui a 30 anos? Quais vão ser as nossas políticas de longo prazo?" José Graça Aranha, diretor regional da **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi) no Brasil e ex-presidente do Instituto Nacional de **Propriedade** Intelectual (**Inpi**), observou que as decisões nessa área deveriam ser muito mais técnicas que políticas e ressaltou a relação próxima, ao longo da história, entre desenvolvimento econômico e valorização da **propriedade** industrial. "Só os países que entenderam isso deram saltos econômicos, sociais e tecnológicos.

É irônico que, justamente neste momento em que a humanidade está dependendo tanto das pesquisas e da inovação, o sistema de patentes esteja sendo atacado de tantas formas."

## Decisão do STF amplia insegurança

ESPECIAL - INFORME

O webinar aconteceu no mesmo dia em que transcorria um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Lei da **Propriedade** Industrial (LPI) - cujo resultado deverá trazer consequências negativas para o futuro da inovação no País.

O STF acolheu a tese da Ação Direta de Inconstitucionalidade número 5.529, encaminhada em 2016 pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para alterar a LPI. Cerca de 63% das patentes de fármacos e biofármacos vigentes no Brasil serão extintas ou terão seus prazos reduzidos por conta dessa decisão, mas os efeitos se espalharão em proporção semelhante por vários outros setores da economia.

Considerou-se inconstitucional um dispositivo da Lei de Patentes que assegurava o tempo mínimo de dez anos, a partir da data de concessão pelo **Inpi**, para que o inventor desfrutasse com exclusividade da sua inovação. A mudança ocorre depois de 25 anos desde a aprovação da lei, em 1996.

A ação encaminhada pela PGR pediu a extinção desse dispositivo, presente no artigo único do parágrafo 40, com base na visão de que se tratava de uma extensão do prazo das patentes. A lei determina que o prazo de vigência de uma patente no Brasil é de 20 anos a partir da data de protocolo do pedido no **Inpi**. O dispositivo se aplicava a casos em que a análise fosse além de dez anos - nessas circunstâncias, a data de referência para a contagem dos dez anos finais passava a ser a de concessão da patente.

Com a decisão do STF, perdeu-se essa garantia mínima, e o inventor corre agora o risco de ver todo o prazo de vigência da patente ser consumido pela demora do **Inpi** em analisar o processo. Diante desse

quadro de incertezas, uma das consequências previstas é a inibição dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, com retração dos investimentos internacionais.

### INEFICIÊNCIA PROGRESSIVA

O senador Izalci Lucas lamentou os efeitos da decisão não apenas sobre a iniciativa privada, mas também sobre as universidades e instituições de pesquisa, que estão entre as maiores detentoras de patentes e têm nisso uma importante fonte de renda. E o caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e de universidades como Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Muitas dessas pesquisas são realizadas por meio de parcerias internacionais, que podem recuar diante da insegurança trazida pela decisão do STF.

Graça Aranha lembrou que, quando o dispositivo foi inserido na Lei de Patentes, em 1996, soava como uma precaução para algo que, esperava-se, jamais ocorreria. "Mas aí o **Inpi** foi acumulando ineficiência, e o dispositivo precisou ser acionado com uma frequência cada vez maior", descreve Graça Aranha.

Mesmo com uma melhora gradual registrada nos últimos dois anos, o prazo médio de análise de um **processo** de patente pela autarquia está em 8,8 anos. Há mais de 10 mil pedidos nessa situação. "A solução óbvia é aumentar a eficiência do **Inpi**", concluiu Graça Aranha.

## União contra um problema global

### NOTAS & INFORMAÇÕES

O presidente Joe Biden está determinado a repositonar os Estados Unidos como país líder de iniciativas de cooperação internacional para o enfrentamento de problemas globais, papel perdido durante a administração isolacionista de seu antecessor.

Há poucas semanas, Biden reuniu os líderes de 40 países para discutir planos de contenção das mudanças climáticas. Agora, diante da outra grande ameaça global, a pandemia de covid19, o presidente americano promoveu uma inflexão histórica no posicionamento dos EUA sobre patentes farmacêuticas, o que pode levar à mudança de posição de outras nações.

No dia 5 passado, a representante comercial dos EUA, a embaixadora Katherine Tai, anunciou a decisão do governo americano de apoiar a suspensão dos direitos de propriedade intelectual sobre as vacinas contra a covid-19, pleito capitaneado pela Índia e pela África do Sul no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e apoiado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O objetivo é facilitar a **transferência** de tecnologia e aumentar a disponibilidade de vacinas contra o coronavírus nos países pobres e em desenvolvimento.

A mudança de posição do governo americano é histórica porque, tradicionalmente, os EUA nem sequer admitiam discutir **quebra** de patentes, haja vista que as maiores empresas farmacêuticas e de tecnologia do mundo são americanas.

Não foi surpresa, portanto, a reação negativa da chamada Big **Pharma** à mudança de tom da Casa Branca.

"Esta é uma crise de saúde global e as circunstâncias extraordinárias da pandemia de covid-19 exigem medidas extraordinárias. O governo (Biden) acredita

fortemente nas proteções da propriedade intelectual, mas, em um esforço para acabar com esta pandemia, apoia a suspensão dessas proteções em relação às vacinas", disse Tai.

A embaixadora afirmou ainda que seu país vai "participar ativamente" das negociações na OMC para permitir que os objetivos almejados com a suspensão das patentes sobre vacinas sejam alcançados.

A União Europeia (UE), onde também estão grandes empresas farmacêuticas e, por esta razão, também sempre manifestou posição contrária à **quebra** de patentes, parece inclinada a seguir a nova direção de Washington.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que a suspensão dos direitos de propriedade intelectual sobre vacinas "pode ser uma das soluções pragmáticas e eficazes" para aumentar a taxa de imunização contra o coronavírus em todo o mundo.

O Brasil, que vinha mantendo posição contrária à **quebra** de patentes das vacinas, "recebeu com satisfação a disposição dos EUA para negociar, no âmbito da OMC, solução multilateral que contribua para o combate à covid-19".

Após se reunir com a embaixadora Tai, no dia 7 passado, o chanceler Carlos França afirmou que o governo brasileiro "discutirá, em maior profundidade, com os EUA sua nova posição e suas implicações práticas para facilitar amplo e urgente acesso a vacinas e medicamentos no combate à covid-19".

Há dúvidas razoáveis sobre o efeito prático da suspensão das patentes das vacinas. As nações em desenvolvimento terão condições de produzir com rapidez imunizantes tecnicamente complexos como os da Pfizer e da Moderna, por exemplo, que têm como base tecnológica o RNA mensageiro do co-

Continuação: União contra um problema global

ronavírus?

Hoje, o Brasil tem capacidade para produzir duas vacinas, a Coronavac (Instituto Butantan) e a Covishield (Fiocruz), ambas de tecnologia menos complexa. Ainda assim, há dificuldades de produção local, causadas, em boa medida, pelos conflitos que o presidente Jair Bolsonaro estimula contra a China, grande fornecedor dos insumos para a produção desses imunizantes.

Não obstante essas dificuldades práticas, a suspensão das patentes é uma iniciativa muito bem-vin-

da. Como disse o senador José Serra (PSDB-SP), com a autoridade de quem atuou, como ministro da Saúde, para eliminar patentes de antivirais que fizeram do Brasil referência no tratamento da aids, "vivemos um momento atípico e lucros exacerbados não podem estar acima da vida".

--

Suspensão das patentes é bem-vinda para aumentar a oferta de vacinas

# Governo Joe Biden: as políticas à esquerda que põem o presidente em posição inédita na história recente dos EUA

MUNDO



Biden discursa no Congresso para marcar seus 100 primeiros dias no cargo; propostas são arrojadas - e caras Foto: EPA / BBC News Brasil

Há um ano, quando Joe Biden recém emergia como o nome do Partido Democrata a enfrentar Donald Trump nas eleições presidenciais de novembro de 2020, seus correligionários não disfarçavam certa falta de entusiasmo.

Político profissional com mais de três décadas no Congresso, Biden era visto como um centrista pragmático, de estilo protocolar e entediante, que teria que ser rebocado pelas alas mais à esquerda do partido para implementar uma agenda progressista em sua gestão.



Pareciam corroborar essa visão tanto o histórico de Biden, que votou a favor da Guerra do Iraque e costumava manter proximidade com parlamentares republicanos repudiados pela base democrata - como o senador Mitch McConnell -, quanto sua negativa de, ainda durante a campanha, endossar propostas como a criação de um sistema de saúde público universal no país, advogada por seu rival nas primárias, o senador Bernie Sanders.



Nas fileiras do partido e entre o eleitorado jovem e progressista dos EUA, o quase octogenário era tomado como um possível presidente tampão, uma figura moderada necessária para pacificar o país após a turbulência social dos anos Trump, uma espécie de ponte para algo mais ousado em termos de políticas públicas democratas, que não viria nos quatro anos de um mandato Biden.

Cheque, creche, matriz energética limpa e mais

Mas os primeiros cem dias do governo Biden su-

Continuação: Governo Joe Biden: as políticas à esquerda que põem o presidente em posição inédita na história recente dos EUA



gerem que, para a felicidade da esquerda do partido e preocupação dos direitistas e republicanos, a avaliação estava errada. A gestão Biden tem apresentado propostas de reformas tão arrojadas quanto caras para os cofres públicos.

Biden já colocou em prática um plano de socorro econômico contra os efeitos da pandemia de covid-19 de US\$ 1,9 trilhão. Esse é um gasto que, por si só, já superaria a injeção de recursos feita por Franklin Delano Roosevelt, em 1933, ano em que o mandatário iniciava seu pacote de medidas para recuperar os EUA da Grande Depressão, batizado de New Deal.

Parte desses recursos bancou os mais de 160 milhões de cheques de até US\$ 1,4 mil que a administração federal já distribuiu entre a população do país.

A projeção é que, como resultado do aporte de dinheiro público, a economia americana cresça 7% neste ano, o maior resultado em quase quatro décadas, após uma contração de 3,5% em 2020, resultado dos efeitos da crise sanitária causada pelo novo coronavírus, que já ceifou a vida de 580 mil pessoas no país.

"Esta é a legislação mais significativa para os trabalhadores que foi aprovada no país em décadas", comemorou o progressista Sanders, conhecido pela verve crítica à esquerda que destina aos democratas. Embora a retomada de empregos em março tenha parecido confirmar o entusiasmo de Sanders, com quase um milhão de postos de emprego criados, o dado de abril decepcionou e ficou apenas em um quarto dis-

so.

O pacote ainda garantiu que Biden entregasse quase o triplo em vacinas que havia prometido em seus cem primeiros dias: há 290 milhões de doses disponíveis em território americano, 230 milhões delas já aplicadas.

Restaurante em Nova York; plano de Biden colocou em prática socorro econômico de US\$ 1,9 trilhão Foto: EPA / BBC News Brasil

Na semana passada, em outro movimento progressista histórico, a Casa Branca alterou seu posicionamento na Organização Mundial do Comércio para se colocar a favor da **quebra** de patentes dos imunizantes contra a covid-19, proposto por Índia e África do Sul.

A postura representa um golpe nos interesses de farmacêuticas americanas, como Pfizer e Moderna, que detêm a propriedade intelectual de algumas vacinas.

O governo americano justificou que, como grande financiador do desenvolvimento e distribuição das doses, tinha direito também a opinar sobre sua reprodução ao redor do mundo e que aumentar o acesso a imunizantes nesse momento era estratégico para o interesse nacional e internacional.

Em outra frente, Biden aliou suas ambiciosas promessas climáticas a um plano de desenvolvimento de infraestrutura impulsionado pelo Estado.

Se aprovado pelo Congresso, seu pacote de investimentos de US\$ 2 trilhões destinará recursos para a construção de uma matriz energética limpa no país e para estímulos à substituição de boa parte da atual frota de veículos dos EUA por carros elétricos.

Esses esforços fariam parte do caminho para cumprir a meta anunciada pelo governo de cortar pela metade as emissões americanas de gases do efeito estufa em relação aos níveis de 2005, um objetivo mais ousado

Continuação: Governo Joe Biden: as políticas à esquerda que põem o presidente em posição inédita na história recente dos EUA

do que o estabelecido pelo ex-presidente democrata Barack Obama, de quem Biden foi vice.

Além de desenvolver uma economia verde, o plano de infraestrutura criaria milhões de empregados de nível médio, bem remunerados, para atender à massa de ex-operários americanos que viram seus empregos migrarem para a América Latina ou a Ásia durante o processo de globalização da produção da indústria americana.

E se promete impulsionar o setor de alta tecnologia verde, o governo Biden começa a desidratar a indústria mineradora e petrolífera do país.

Seu governo suspendeu novos arrendamentos para exploração de petróleo e gás em terras e águas federais, o que tem sido interpretado como o passo inicial de um banimento permanente dessas atividades.

Mas os planos de Biden não se concentram apenas em melhorar a infraestrutura física e ambiental do país. O governo quer investir em capital humano.

Suas propostas incluem a destinação de cerca de US\$ 1 trilhão para creches, universalização da educação pública para crianças entre três e quatro anos de idade (hoje inexistente na maior parte dos EUA) e gratuidade de dois anos de estudo nas chamadas Community College, faculdades locais - mais baratas e com bem menos prestígio do que as renomadas universidades americanas - que costumam atender alunos dos estratos mais pobres da sociedade.

Casa Branca alterou seu posicionamento na Organização Mundial do Comércio para se colocar a favor da **quebra** de patentes das vacinas contra a covid-19 Foto: Reuters / BBC News Brasil

E enquanto o aumento da dívida pública do país será inevitável, ao menos uma parte dos planos deve ser custeada pelo aumento de impostos sobre os mais ricos.

A Casa Branca propõe uma revisão do sistema tributário dos EUA que afete todos aqueles com rendimentos superiores a US\$ 400 mil dólares por ano - sejam famílias ou empresas.

A proposta quase dobraria os impostos sobre ganhos de capital (o lucro sobre investimentos) para pessoas que ganhem mais de US\$ 1 milhão anualmente. Essa seria a maior taxa de imposto sobre ganhos de investimento desde que a modalidade do imposto foi criada, em 1920.

Além desses três grandes pacotes orçamentários, a gestão Biden tenta pautar no Congresso projetos de lei com profundo impacto em aspectos culturais e sociais do país: o presidente enviou ao Congresso um plano que prevê caminho para a cidadania americana a 11 milhões de migrantes indocumentados, além de uma ampla reforma no sistema migratório dos EUA, tem defendido aumento de restrições ao acesso às armas e tem reconhecido e tentando combater o racismo estrutural, tanto por meio de medidas que ampliem o acesso ao voto entre a população negra quanto propondo reforma da polícia do país.

"Entediante, mas radical"

O ímpeto de Biden parece ter pego de surpresa tanto opositores quanto simpáticos à sua gestão. De um lado, o senador republicano trumpista Ted Cruz qualificou o governo como "entediante, mas radical".

De outro, à agência de notícias econômicas Bloomberg, Dean Baker, o economista sênior do Centro de Pesquisa Econômica e Política, de tendência progressista, afirmou que Biden surpreendeu: "Muitos de nós temíamos que ele seria excessivamente cauteloso, mas ele encampou uma agenda agressiva e ambiciosa e a defendeu bem. Eu o subestimei politicamente".

O ceticismo de que Biden pudesse mudar de modo frontal as posturas que ele próprio defendeu em um

Continuação: Governo Joe Biden: as políticas à esquerda que põem o presidente em posição inédita na história recente dos EUA

passado não tão distante é compreensível.

Uma anedota ilustra bem isso. Entre 2009 e 2011, quando a administração Obama-Biden buscava retomar o crescimento dos EUA após a recessão de 2008, o economista auxiliar de Biden era o progressista Jared Bernstein. Bernstein deixou o governo frustrado com o foco da Casa Branca no que para ele era a "questão econômica errada": o controle do déficit fiscal.

O economista acreditava que era preciso que o Estado gastasse muito mais em um primeiro momento, para permitir um retorno robusto da economia e a retirada gradativa de investimentos públicos do mercado. Perdeu a queda de braço. Dez anos mais tarde, Bernstein está de volta à Casa Branca como um dos principais conselheiros econômicos do presidente. E agora, sua visão sobre a necessidade de gastos polpidos pelo Estado já não é mais minoritária no governo.

Para o cientista político Jonathan Hanson, quem esperava ver em Biden uma reedição da gestão Obama falhou em notar não só uma mudança no ambiente político quanto em reconhecer a maleabilidade inerente aos políticos profissionais.

"Sinto que a pandemia está encerrando a era que começou com o governo Ronald Reagan, em que o governo era considerado o problema e deveria ser reduzido. Por 40 anos, tanto à esquerda quanto à direita, repetiu-se o mantra do corte de gastos públicos e redução de impostos. Mas neste momento, o que as pessoas querem é que o Estado se apresente para resolver o problema, impedir que a economia colapse diante da pandemia", afirmou Hanson à BBC News Brasil.

A mudança de percepção pública sobre a atuação do Estado na economia fica evidente em pesquisas de opinião. No fim de abril, um levantamento nacional feito pela agência Reuters e o Instituto Ipsos mostrou que 65% dos americanos aprovavam o pacote de alívio econômico aos impactos da covid-19, contra 29% que desaprovavam.

Do mesmo modo, o pacote de infraestrutura também conta com simpatia da maioria. O Instituto de Pesquisa da Universidade Monmouth apontou, em 26 de abril, que dois em cada três americanos apoiam o plano de gastos trilionários de Biden bem como o aumento de impostos que será necessário para custeá-lo.

Segundo Hanson, Biden mostrou tino para descobrir a vontade popular e maleabilidade para segui-la, como costumam fazer os políticos profissionais.

Se aprovado pelo Congresso, pacote de investimentos de US\$ 2 tri destinará recursos para a construção de uma matriz energética limpa e para estímulos à substituição de boa parte da atual frota de veículos dos EUA por carros elétricos Foto: Reuters / BBC News Brasil

"Acho que talvez as pessoas tenham subestimado Joe Biden como político. Ele é muito capaz de ler a situação política tanto dentro de seu partido quanto nacionalmente. E, isso significa que ele vai mudar de posição com o tempo, sim. Diante dos desafios imensos nos Estados Unidos e no mundo, Biden passou a reconhecer a necessidade de tomar grandes decisões, necessárias para enfrentar essas crises", diz o professor da Universidade de Michigan.

A janela dos dois anos

Embora audaciosa, grande parte da agenda de Biden ainda depende da aprovação do Congresso, no qual a situação não é exatamente confortável. Apenas o pacote de alívio da covid-19 já foi aprovado.

Os democratas sustentam uma maioria mínima no Legislativo, suficiente apenas para aprovar legislações que tenham implicações orçamentárias diretas. Leis ordinárias, no entanto, demandam maioria de três quintos no Senado, o que obriga os de-

Continuação: Governo Joe Biden: as políticas à esquerda que põem o presidente em posição inédita na história recente dos EUA

mocratas a convencerem parte da bancada republicana a apoiar seus projetos.

A construção de legislações bipartidárias, no entanto, tem se mostrado difícil. E embora Biden tenha fundado sua campanha no mote da união nacional e repetido em diferentes ocasiões seu apreço pela composição multipartidária, ele tem deixado claro aos democratas que tentará seguir com os planos mesmo que os republicanos não embarquem.

Isso porque, em apenas dois anos, os americanos voltarão às urnas para renovar - ou não - os mandatos de uma parcela do parlamentares, o que ameaça a já precária maioria do partido do presidente.

"Nos dois últimos governos democratas, tanto Obama quanto Clinton começaram com maioria no Congresso, buscaram a construção de consenso com os republicanos, acabaram bloqueados e, nas eleições do meio de mandato, viram o fim de suas maiorias - e da chance de aprovar boa parte de suas propostas. Assim, perderam a janela de oportunidade dos dois anos que, na prática, os presidentes democratas têm", afirma Janson, em uma explicação institucional para o fato de Biden apresentar uma agenda mais pro-

gressista e arrojada que seus antecessores do mesmo partido em tão curto espaço de tempo.

"Biden viu o erro acontecer no governo Clinton, quando estava no Congresso, viu o erro se repetir no governo Obama, quando era vice. E parece agora decidido a encerrar esse ciclo. Ele já avisou que vai usar a legitimidade das urnas para empurrar sua agenda nesse começo, enquanto há condições para isso", resume Hanson.

É provável que, com menores ou maiores alterações, Biden consiga aprovar seus planos de infraestrutura e de investimento em pessoas. Já o futuro de leis como a reforma de migração ou do policiamento seguem como incógnitas. Bandeiras históricas das alas mais à esquerda dos democratas, essas mesmas matérias dependem agora da anuência de uma parte da bancada republicana para ser aprovadas. No limite, serão os republicanos a decidir se elas vão compor ou não o legado do governo Biden.

# Nocauteada pela covid, Índia não consegue cumprir a promessa de 'salvar a humanidade' na pandemia

GERAL



O Serum Institute prometeu proteger o país do coronavírus e inocular os pobres do mundo, mas a crise forçou uma mudança de planos

NOVA DELHI - Adar Poonawalla fez grandes promessas. Aos 40 anos, o chefe do maior fabricante de **vacinas** do mundo prometeu assumir um papel de liderança no esforço global para inocular os pobres contra a **covid-19**. Seu império baseado na **Índia** assinou acordos no valor de centenas de milhões de dólares para produzir e exportar doses para países em sofrimento.

Mas essas promessas se desfizeram. Envoltas em uma segunda onda de coronavírus, a Índia está reivindicando as vacinas do instituto. Outros países e grupos de ajuda agora estão correndo para encontrar doses escassas em outros lugares.

Dentro do país, os políticos e a população vêm censurando Poonawalla e sua empresa, o **Serum** Institute of India, por aumentar os preços em meio à

pandemia. O Serum teve problemas de produção que o impediram de expandir a produção em um momento em que a Índia precisa de cada dose. Poonawalla foi criticado por partir para Londres em meio à crise, embora tenha dito que era apenas uma viagem rápida. Ele disse a um jornal britânico que recebeu ameaças de políticos e de alguns dos "homens mais poderosos" da Índia, exigindo que ele lhes fornecesse vacinas. Quando retornar à Índia, viajará com guardas armados designados pelo governo.

Em entrevista ao *New York Times*, Poonawalla defendeu sua empresa e suas ambições. Não havia escolha a não ser entregar as vacinas ao governo, disse. Ele citou a falta de matéria-prima, a qual atribuiu parcialmente aos **Estados** Unidos. A fabricação de vacinas, disse, é um processo trabalhoso que requer investimentos e grandes riscos. Ele disse que voltaria à Índia quando concluísse seus negócios em Londres. E ignorou seus comentários anteriores sobre as ameaças, dizendo que não eram "nada que não possamos enfrentar".

Mas ele também reconheceu que o Serum Institute sozinho não tem capacidade para vacinar a Índia tão cedo, muito menos arcar com o fardo de inocular os pobres do mundo.

"O problema é que ninguém correu o risco que eu corri no início", disse ele. "Eu gostaria que outros tivessem corrido esse risco".

Sua posição representa uma reviravolta dramática para o Serum e o governo indiano. Em janeiro, quando a Índia lançou seu próprio programa de vacinação enquanto também iniciava as exportações, o primeiro-ministro Narendra Modi prometeu que suas vacinas "salvariam a humanidade".

Em vez disso, o desenrolar da tragédia deixou claro

Continuação: Nocauteada pela covid, Índia não consegue cumprir a promessa de 'salvar a humanidade' na pandemia

que a Índia - mesmo com o maior fabricante de vacinas do mundo à sua disposição - não conseguiu salvar a si mesma.

As perspectivas de vacinação de longo prazo da Índia melhoraram depois que o governo Biden, na quarta-feira, apoiou a renúncia à proteção de **propriedade** intelectual para vacinas, o que pode facilitar sua produção pelas fábricas indianas. Ainda assim, isso não ajudará na atual crise da Índia, que até sexta-feira havia ceifado mais de 230 mil vidas - um número que provavelmente representa uma grande subnotificação.

O Serum ganhou a simpatia de Modi em parte porque se encaixa na narrativa do governo de uma Índia autossuficiente e pronta para ocupar seu lugar entre as maiores potências do mundo. Agora, tanto o governo Modi quanto o Serum foram humilhados e suas ambições estão sendo questionadas.

"Nossa capacidade é extremamente fraca", disse Manoj Joshi, membro da Observer Research Foundation em Nova Delhi, que se concentra na formulação de políticas indianas. "Somos um país pobre. Espero que possamos trazer um pouco de humildade para o sistema".

Uma década atrás, Poonawalla assumiu as rédeas do Serum Institute das mãos de seu pai, Cyrus, um criador de cavalos que se tornou bilionário com vacinas. Antes da crise, ele era elogiado na mídia indiana como exemplo de uma nova classe de jovens empreendedores globais. Fotos dele e de sua esposa, Natasha, eram uma referência nos cadernos de moda.

No ano passado, o Serum fechou um acordo com a AstraZeneca para produzir 1 bilhão de doses de sua vacina Oxford-AstraZeneca - chamada de Covishield na Índia. O Serum recebeu uma doação de US\$ 300 milhões da Fundação Gates para fornecer até 200 milhões de doses de Covishield e outra vacina em desenvolvimento para a Gavi Alliance, a parceria

público-privada que supervisiona o Covax, o programa de doação de vacinas a países pobres.

Entre janeiro e março, o Serum se comprometeu a vender cerca de 1,1 bilhão de doses de vacinas nos próximos meses, de acordo com uma análise dos acordos de compra fornecidos pelo Unicef. Quando a Índia em grande medida interrompeu as exportações de vacinas, o Serum havia exportado apenas cerca de 60 milhões de doses, cerca da metade para a Gavi. A Índia reivindicou mais de 120 milhões.

O mundo está lutando contra o efeito cascata. Um porta-voz da Gavi disse que a decisão da Índia de priorizar as "necessidades domésticas" está desencadeando "um efeito dominó em outras partes do mundo que precisam desesperadamente de vacinas". Ainda assim, em um sinal da falta de opções para obter imunizantes, a Gavi fechou nesta quinta-feira um acordo de compra com a empresa americana de vacinas Novavax que inclui doses a serem fabricadas pelo Serum.

O Nepal, vizinho da Índia ao norte, mudou sua lei de compras para pagar ao Serum um adiantamento de 80%, ou cerca de US\$ 6,4 milhões, para comprar 2 milhões de doses de Covishield. O Serum administrou o primeiro milhão de doses, mas está oferecendo ao Nepal seu dinheiro de volta pelo segundo milhão, disse o diretor do departamento de saúde do Nepal, Dr. Dipendra Raman Singh. O Nepal recusou, na esperança de obter mais doses, pois a catástrofe indiana vem atravessando a fronteira.

Alguns dos problemas indianos foram provocados pelo próprio país. A Índia está fabricando apenas duas vacinas, a Covishield do Serum e um imunizante desenvolvido nacionalmente. Um acordo do governo para produzir a Sputnik V da Rússia na Índia ficou emperrado na burocracia. Se outros fabricantes tivessem começado antes, disse Poonawalla, o Serum não enfrentaria tanta pressão.

Poonawalla também citou o fornecimento de ma-

Continuação: Nocauteada pela covid, Índia não consegue cumprir a promessa de 'salvar a humanidade' na pandemia

térias-primas. Em abril, ele pediu ao presidente Joe Biden no Twitter para "levantar o embargo" à matéria-prima usada para fazer as vacinas contra a covid-19. Funcionários da Casa Branca disseram que Poonawalla caracterizou erroneamente sua situação. Ainda assim, os Estados Unidos disseram que enviariam matéria-prima para o Serum Institute aumentar sua produção de vacinas, embora Poonawalla afirme que os insumos ainda não chegaram.

Poonawalla também está sob escrutínio por cobrar preços diferentes do governo central, dos estados da Índia e dos hospitais privados. Duas semanas atrás, o Serum disse que cobraria dos governos estaduais cerca de US\$ 5 por dose, US \$ 3 a mais do que cobra do governo de Modi.

Na semana passada, após críticas, Poonawalla baixou o preço para US\$ 4. Ainda assim, os críticos apontam para uma entrevista em que Poonawalla disse que estava lucrando mesmo com o preço cobrado do governo central.

Poonawalla disse que o Serum podia vender a um preço mais baixo ao governo central da Índia porque este estava encomendando volumes maiores.

"As pessoas não entendem", disse Poonawalla ao New York Times. "Elas simplesmente veem as coisas isoladamente e depois difamam você, sem perceber que essa mercadoria é vendida a US\$ 20 a dose

no mundo e que a fornecemos a US\$ 5 ou US\$ 6 na Índia. As críticas e reclamações não têm fim".

Sua presença em Londres só alimentou os críticos, que reclamam dos aumentos de preço do Serum. Sunil Jain, o editor-chefe do jornal The Financial Express, twittou que a partida de Poonawalla para Londres foi "vergonhosa" e que ele deveria reduzir os preços.

O Serum Institute está planejando uma grande expansão na Grã-Bretanha, investindo quase US\$ 335 milhões em pesquisa e desenvolvimento para financiar testes clínicos, construir seu escritório de vendas e possivelmente construir uma fábrica, disse o escritório de Poonawalla.

"Todos dependem de nós para fazer esse milagre com uma capacidade quase infinita", disse Poonawalla. "Há uma pressão tremenda dos governos estaduais, dos ministros, da população, dos amigos, todo mundo quer a vacina. E estou só tentando distribuí-la da maneira mais equitativa que consigo".  
**/TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU**

Emily Schmall e Karan Deep Singh, The New York Times

## Farmacêuticas têm opções legais limitadas em quebra de patentes



A **quebra** de patentes enfrenta negociações espinhosas na OMC, onde vários membros, como a Alemanha, se opuseram aos esforços para contornar os direitos de propriedade intelectual

### NEGÓCIOS

Farmacêuticas têm opções legais limitadas em **quebra** de patentes

A **quebra** de patentes enfrenta negociações espinhosas na OMC, onde vários membros, como a Alemanha, se opuseram aos esforços para contornar os direitos de propriedade intelectual

Por Bloomberg

Publicado em: 10/05/2021 às 09h30

2021-05-10

2021-05-10

access\_timeTempo de leitura:

EUA anunciaram seu apoio a uma renúncia temporária, o que derrubou as ações de várias fabricantes (Catherine Falls Commercial/)

abpi.empauta.com

porária, o que derrubou as ações de várias fabricantes (Catherine Falls Commercial/)

A possível renúncia às proteções de patentes e segredos comerciais para vacinas contra a Covid-19 na Organização Mundial do Comércio deixaria farmacêuticas com recursos legais limitados para recuperar os custos.

Entenda como o avanço da vacinação afeta seus investimentos. Conheça as análises da EXAME Invest Pro

Na quarta-feira, os EUA anunciaram seu apoio a uma renúncia temporária, o que derrubou as ações de várias fabricantes de vacinas no dia seguinte. A questão agora enfrenta negociações espinhosas na OMC, onde vários membros, como a Alemanha, se opuseram aos esforços para contornar os direitos de propriedade intelectual. Argumentam que isso apenas complicaria a produção e comprometeria a resposta das empresas no futuro.

A renúncia proposta tem como objetivo aumentar a produção e exportação de vacinas e medicamentos para enfrentar a pandemia no mundo em desenvolvimento. Isso permitiria que os países obtivessem know-how e licenças compulsórias sem enfrentar queixas comerciais e sanções de outras nações.

Ainda assim, alguns produtores de vacinas, como Moderna e Pfizer, poderiam processar o governo dos EUA para recuperar parte das perdas, disse Matthew Howell, advogado de propriedade intelectual da Alston & Bird, em Atlanta. Se a vacina é fabricada nos EUA, sob autorização do governo, há vias para indenização nos tribunais americanos.

Isso nem sempre é o caso em outros países, especialmente em nações menos desenvolvidas.

Continuação: Farmacêuticas têm opções legais limitadas em quebra de patentes

## Processos difíceis

"De acordo com a lei, podem obter uma indenização justa e razoável pelo uso de suas invenções patenteadas" por outra empresa nos EUA, desde que o governo "forneça autorização e consentimento para esse uso", disse Howell. No entanto, ao tentar compensar as perdas com um fabricante que produz a vacina no exterior, o caminho do processo não está disponível.

Farmacêuticas como AstraZeneca prometeram não lucrar com as vacinas durante a pandemia, enquanto a Moderna disse que não importaria suas patentes. As empresas têm contratos com governos em vários países para entregar vacinas a um preço definido.

Veja também [Ações de farmacêuticas caem após Biden apoiar \*\*quebra\*\* de patente de vacinas](#)

Os EUA podem tentar limitar a renúncia apenas aos direitos de produzir a vacina, mas alguns membros da OMC, como a Índia, também querem acesso aos desenvolvimentos de fabricação e distribuição.

"A indústria farmacêutica tem preocupações legítimas sobre a proposta da Índia, porque as inovações de fabricação e distribuição não se limitam apenas à produção da vacina contra a Covid", disse Polk Wagner, professor de [propriedade](#) intelectual da Universidade da Pensilvânia.

"Não sei como impediriam legalmente que isso aconteça, porque se torna uma decisão da Organização Mundial do Comércio", disse Ellen 't Hoen, diretora da Medicines Law & Policy, um grupo de pesquisa jurídica com sede nos Países Baixos.

Também está a questão da percepção. Ela destacou um processo movido há mais de duas décadas na África do Sul contra medicamentos mais baratos para a Aids, uma iniciativa que as empresas tiveram que abandonar sob pressão.

"Sempre podem entrar com todos os tipos de ações legais em todo o planeta", disse. "Mas já reconheceram que o que fizeram em 1998 na África do Sul foi um erro colossal."

Veja também [CIÊNCIA](#) Miami oferece vacina contra covid no aeroporto a partir de hoje [query\\_builder](#) 10 Maio 2021 - 06h05 [BRASIL](#) Governo inicia distribuição de mais 1,1 milhão de doses da Pfizer [query\\_builder](#) 9 Maio 2021 - 18h05 [CIÊNCIA](#) Fungo que mata 50% dos infectados dispara em pacientes que tiveram Covid [query\\_builder](#) 9 Maio 2021 - 14h05

Obrigado por ler a EXAME! Que tal se tornar assinante?

Tenha acesso ilimitado ao melhor conteúdo de seu dia. Em poucos minutos, você cria sua conta e continua lendo esta matéria. Vamos lá?

Falta pouco para você liberar seu acesso.

exame digital

R\$ 12,90/mês

Acesse onde e quando quiser.

Acesso ilimitado a conteúdos exclusivos sobre macroeconomia, mercados, carreira, empreendedorismo, tecnologia e finanças.

Assine

exame digital + impressa

R\$ 29,90/mês

Acesse onde e quando quiser

Acesso ilimitado a conteúdos exclusivos sobre macroeconomia, mercados, carreira, empreendedorismo, tecnologia e finanças.

Continuação: Farmacêuticas têm opções legais limitadas em quebra de patentes

Edição impressa mensal.

farmacêuticoVacinas

Frete grátis

4139767

Assine

Já é assinante? Entre aqui.

CoronavírusIndústria farmacêuticaPatentesSetor

## OMC e governo Biden prestam desserviço ao apoiarem suspensão de patentes de vacinas

A OMC (Organização Mundial do Comércio) e o governo Biden estão prestando um enorme desserviço à sociedade mundial ao apoiarem a ideia de um acordo internacional para suspensão temporária das patentes adquiridas pelas farmacêuticas que desenvolveram, ao longo do tenebroso ano de 2020, vacinas eficazes contra o coronavírus.

Veja: as consequências dessa atitude são de longa duração, não atingindo apenas a situação e a geração presentes. O precedente criado pode gerar danos permanentes ao progresso, solapando os incentivos do setor privado a inovar em virtualmente qualquer área que possa ser classificada *a posteriori* como sensível, ou algo do gênero.

Aparentemente, o que está por trás da ideia é o aumento exponencial de casos na Índia e a baixa oferta de doses em diversos países do mundo em desenvolvimento. A situação é de fato grave, e queremos crer que a intenção é realmente boa.

Mas há outros meios de ajudar que não passam por **quebra** de patentes. O mais óbvio deles, que ainda não foi posto em marcha, é transferir excedentes de vacinas não usadas para países mais pobres. Os Estados Unidos, por exemplo, estão sentados em uma enorme pilha de milhões e milhões de doses de AstraZeneca. Por que não as enviam logo para a Índia?

Angela Merkel, a chanceler alemã, rapidamente rejeitou a proposta, com um argumento que parece ter escapado a outros líderes: destruindo o incentivo das empresas farmacêuticas a produzir, a oferta futura de vacinas cairá. Consequência imediata da sensatez de Merkel: as ações da Moderna e da BioNTech, que caíram no fatídico dia 12% e 15%, respectivamente, fecharam os pregões em queda bem mais modesta de 2% e 3,5%.

Estamos jogando um jogo conhecido. Mesmo para quem acha que o lucro deveria ser menor, segue inútil o fato de que expropriar gera problemas, pelo simples fato de que o expropriado reage. E todos saímos prejudicados. Não só futuro distante. Pense no próximo trimestre.

Se você quebra a patente hoje e outros conseguem produzir doses das vacinas sem ter de gastar os bilhões que as empresas que inovaram gastaram, quem é que vai desenvolver uma versão segura para crianças? Ou produzir novas vacinas para lidar com novas variantes? Ou investir na melhoria da vacina atual para diminuir efeitos colaterais? Quem? Os produtores originais não vão querer. E os beneficiados com a **quebra** de patentes, bem, esses não conseguiram inovar por eles mesmos.

Para piorar, talvez a **quebra** de patentes nem ajude muito. Não é fácil produzir essas vacinas. Aos países em desenvolvimento faltam equipamento e pessoal altamente qualificado. Não se trata de uma fórmula que se pode replicar de um dia para o outro. A Moderna já disse não se importar com o *waiver* da patente, dado que ela entende ser muito difícil que outros consigam produzir em escala.

O bafafá então seria inócua: se a medida não é eficaz para aumentar a oferta, as empresas não saem muito prejudicadas e segue o jogo, correto? Errado. Segue o jogo para esse caso em particular, talvez. Mas o sinal de que os governantes estão de acordo com a ideia de usurpar os direitos de propriedade dos outros fica. Pensando bem, é possível que o estrago já esteja feito.

**Mauro** Rodrigues (professor de economia na USP e autor do livro "Sob a lupa do economista") e equipe do Por Quê?

# País precisa ampliar produção de vacinas e buscar novos fornecedores, dizem pesquisadores

EQUILÍBRIO

São Paulo

O Brasil precisa abrir negociações com novos fornecedores de vacinas e acelerar a ampliação da capacidade de produção dos laboratórios públicos para compensar o atraso na vacinação contra a Covid-19, diz um grupo de pesquisadores que monitora as políticas de enfrentamento da pandemia.

Ligado à Rede de Pesquisa Solidária, que articula várias instituições acadêmicas públicas e privadas, o grupo defende investimentos para ampliar também a capacidade das empresas privadas de absorver tecnologias de fabricantes estrangeiros e complementar a produção dos laboratórios oficiais.

O Brasil vacinou até a semana passada 21% de sua população adulta, mas só 11% com as duas doses necessárias. O Instituto Butantan, de São Paulo, e a Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde, produzem as vacinas com insumos importados, mas encontram dificuldades para acelerar o ritmo.

Para Glauco Arbix, professor da Universidade de São Paulo e coordenador do grupo de pesquisadores, a decisão dos Estados Unidos de apoiar a liberação de patentes de vacinas dos laboratórios estrangeiros poderá criar oportunidades para países como o Brasil, mas sem resultados no curto prazo.

Num estudo que a Rede divulgará nesta segunda-feira (10), Arbix e Fernanda Negri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ligado ao Ministério da Economia, defendem um esforço internacional para coordenar o processo de transferência tecnológica e distribuir seus benefícios de forma equitativa.

A falta de vacinas contra a Covid-19 é culpa exclusiva do governo, ou há outras causas?

**Fernanda De Negri** Problemas de escassez da oferta são crônicos no mercado de vacinas, e por isso as dificuldades que enfrentamos na pandemia eram esperadas. Apesar do rápido desenvolvimento de imunizantes pelos laboratórios, era previsível que teríamos uma demanda sem precedentes.

Um governo mais comprometido do que o nosso teria assegurado maior número de doses para a população se tivesse começado a trabalhar antes. Países pobres não têm dinheiro para comprar vacinas, mas esse não é o nosso caso. O problema principal do Brasil foi ter se mexido muito tarde.

Temos laboratórios públicos que são grandes produtores de vacinas, o da Fiocruz e do Instituto Butantan. O contrato da Fiocruz com a AstraZeneca só foi assinado em setembro, e o governo só fechou contrato com o Butantan em janeiro, sob pressão. Teríamos mais doses se tivessem agido antes.

**Glauco Arbix** Nosso sistema público de saúde deu resposta muito eficaz à crise da Aids no passado, com várias políticas que nos deram projeção internacional e experiência. Não fizemos nada parecido desta vez. A nossa tragédia é que o conhecimento acumulado no país foi desmobilizado.

O governo apostou que atingiríamos a imunidade coletiva não com as vacinas, mas com o rápido contágio da população. O resultado está aí, com o aumento exponencial dos casos e das mortes. Não há dúvida de que poderia ter sido diferente.

**Os dois laboratórios públicos vêm encontrando dificuldades para cumprir seus compromissos. Qual o tamanho do risco?**

**FN** Estava claro desde o início que o desafio seria grande. Nos últimos anos, a Fiocruz e o Butantan en-

Continuação: País precisa ampliar produção de vacinas e buscar novos fornecedores, dizem pesquisadores

tregaram ao Ministério da Saúde, juntos, por ano, 200 milhões de doses das diversas vacinas que produzem. Com a Covid-19, eles precisam mais do que duplicar sua capacidade de produção.

Já seria difícil se fabricassem latas ou canetas. Com vacinas, é mais complicado, porque há exigências para garantir a segurança do produto e a escala necessária para a imunização é enorme. O Butantan promete inaugurar neste ano a nova fábrica que está construindo. A da Fiocruz, não sabemos quando estará pronta.

Falta transparência também. A Fiocruz tem criado muita insegurança ao postergar a entrega das doses previstas, sem explicar muito bem os obstáculos que tem enfrentado. Daria para adaptar linhas de produção de outras vacinas para aumentar sua capacidade sem criar outros problemas? Não sabemos.

**GA** Mesmo os laboratórios estrangeiros que desenvolveram as principais vacinas vêm encontrando dificuldades para entregar as doses contratadas. Nenhuma indústria consegue multiplicar de uma hora para outra sua capacidade produtiva.

**A** liberação de patentes, nos termos discutidos pelos organismos internacionais, poderia contribuir?

**FN** Não haveria ganho para o Brasil no curto prazo, porque não temos capacidade produtiva ociosa na indústria que pudesse ser usada para isso. Mesmo que houvesse condições, seriam necessários meses para negociar acordos de **transferência** de tecnologia com os laboratórios estrangeiros.

Mas há outros produtores que poderiam aproveitar a liberação de patentes, o que aumentaria a oferta de vacinas. A posição assumida pelo Brasil no início da discussão, de oposição ao debate, foi um equívoco.

**O** que se pode esperar dessa discussão?

**GA** A mudança de posição dos Estados Unidos, ago-

ra favorável à liberação das patentes, abre caminho para que as vacinas sejam tratadas como um bem público global, estimula a cooperação entre governos e organismos internacionais e coloca os laboratórios farmacêuticos sob pressão.

Para se defender, os fabricantes começarão a fazer parcerias para aumentar a produção. Grandes laboratórios que não conseguiram desenvolver suas próprias vacinas, ou com produtos em fase de testes, já começaram a fazer isso, porque dispõem de capacidade ociosa.

O saldo desse movimento pode ser positivo, mas ainda assim não seria suficiente. Os laboratórios não querem transferir tecnologia e qualificar empresas competidoras na Índia ou na China. Daí a importância que as negociações internacionais terão para ampliar a produção de vacinas mais rapidamente.

**Empresas** brasileiras teriam condições de participar desse esforço, complementando a produção dos laboratórios públicos?

**GA** A indústria farmacêutica brasileira é frágil e investe pouco em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. As empresas do setor só entrariam nisso se o governo comprasse sua produção antecipadamente, financiasse as novas fábricas e ajudasse a formar gente. Não basta **quebrar** patentes.

Sem **transferência** de tecnologia, sem fabricantes capazes de absorver esse conhecimento, ninguém vai produzir nada. Colocar em operação uma nova fábrica de vacinas pode demorar mais de um ano. Mas no médio prazo a diversificação ajudaria a reduzir a dependência dos laboratórios oficiais.

**O** que é possível fazer para acelerar a vacinação antes disso?

**FN** No curto prazo, o que podemos fazer é importar mais vacinas e investir na ampliação da capacidade

Continuação: País precisa ampliar produção de vacinas e buscar novos fornecedores, dizem pesquisadores

industrial da Fiocruz e do Butantan. A discussão sobre as patentes pode ajudar a aumentar a oferta de imunizantes em outros países, criando mais opções para países como o Brasil negociarem.

**GA** A Índia conseguiria dar uma resposta em poucos meses se houvesse liberação das patentes. Mas ainda precisamos ver como essas negociações serão conduzidas.

A Organização Mundial da Saúde propõe um processo coordenado de **transferência** de tecnologia. Se deixarem que cada país negocie com os laboratórios individualmente, não vai dar certo. É preciso coordenação para garantir distribuição equitativa das vacinas produzidas.

**Países** como os Estados Unidos contrataram mais doses do que as necessárias para imunizar suas populações. Essas vacinas podem ser redistribuídas?

**FN** Os países ricos compraram mais do que precisam para aplicar as primeiras doses, mas já perceberam que provavelmente precisarão dessas vacinas para uma nova rodada no ano que vem. Não é para vender,

nem para distribuir. Eles vão guardar a maior parte porque ainda poderão precisar delas.

Glauco Arbix, 68

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), presidiu a Financiadora de Estudos e Projetos (**Finep**), do Ministério de Ciência e Tecnologia, de 2011 a 2015, e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2003 a 2006. Coordena a Rede de Pesquisa Solidária.

Fernanda De Negri, 46

Doutora em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é pesquisadora do Ipea e fez parte da sua diretoria de 2009 a 2010 e entre 2012 e 2017. Foi assessora do antigo Ministério do Desenvolvimento em 2008 e do Ministério da Ciência e Tecnologia de 2010 a 2012.

## Empresa chinesa vai fabricar 1 bilhão de doses da vacina da Pfizer



Vacina ainda não foi aprovada na China, mas poderá ganhar sinal verde em julho, sendo 1ª vacina importada usada no país. Empresa chinesa vai fabricar 1 bilhão de doses da vacina da Pfizer. Dado Ruvic/Reuters

A empresa farmacêutica chinesa Fosun **Pharma** chegou a um acordo com a alemã BioNTech que permitirá a produção de 1 bilhão de doses anuais da vacina Pfizer/BioNTech contra a **covid-19**, informou a mídia local nesta segunda (10).

As empresas chinesas e alemãs chegaram a um acordo de cooperação em 2020 em diversos aspectos relacionados à produção de vacinas e seu armazenamento.

A vacina da Pfizer/BioNTech é uma das mais eficientes do mundo contra o coronavírus, com cerca de 95% de eficácia.

Internacional Italiana recebe seis doses da vacina da Pfizer por engano. Saúde: Vacina da Pfizer não requer mudanças contra novas variantes. Internacional: Presidente da Pfizer se recusa a suspender as patentes de vacinas.

A Fosun **Pharma** disse no domingo à Bolsa de Valores de Xangai que investirá no máximo US \$ 100 milhões, cerca de R\$ 522 milhões, para produzir a vacina com a BioNTech, que fornecerá a patente e o know-how tecnológico.

abpi.empauta.com

A empresa chinesa tem os direitos exclusivos de fornecimento da vacina na China continental, Hong Kong, Macau e Taiwan, de acordo com o acordo.

A BioNTech também anunciou hoje um plano para mover sua sede na Ásia para Cingapura e estabelecer uma fábrica lá, que "fornecerá capacidade de fornecimento regional e global", bem como uma "capacidade de produção de resposta rápida".

Hong Kong e Macau aprovaram o uso da Pfizer/BioNTech para situações de emergência, embora a vacina ainda não tenha recebido a aprovação das autoridades de Pequim para uso na China continental.

Segundo algumas informações, o governo chinês poderia dar sinal verde para a vacina contra o covid-19 em julho, o que a tornaria a primeira estrangeira a ser aprovada no país.

Até agora, a China aprovou cinco vacinas nacionais contra o coronavírus, que administraram mais de 317 milhões de doses de seus soros à população do país.

Pequim planeja vacinar 40% de seus habitantes até o final de junho próximo.

Os Estados Unidos declararam que apoiariam a suspensão de patentes de vacinas em todo o mundo para facilitar sua distribuição global, o que foi contestado por várias empresas farmacêuticas, incluindo a americana Pfizer, e alguns governos, como a Alemanha.

## Mesmo com quebra de patentes, capacidade de produção de vacinas seria limitada em muitos países

O posicionamento do Presidente americano Joe Biden de cogitar uma **quebra** de patentes para vacinas contra o Covid-19 gerou uma onda de questionamentos, especulações e debates nos Estados Unidos. Naturalmente, dada a complexidade do processo logístico de distribuição de vacinas e a dificuldade de acesso aos insumos para produções locais, a ideia parece lógica. Em tese, essa decisão beneficiaria países que se encontram em dificuldade de receber vacinas (como o Brasil, México e Argentina), além de possibilitar um incremento na produção local.

O posicionamento do Presidente americano Joe Biden de cogitar uma **quebra** de patentes para vacinas contra o Covid-19 gerou uma onda de questionamentos, especulações e debates nos Estados Unidos. Naturalmente, dada a complexidade do processo logístico de distribuição de vacinas e a dificuldade de acesso aos insumos para produções locais, a ideia parece lógica. Em tese, essa decisão beneficiaria países que se encontram em dificuldade de receber vacinas (como o Brasil, México e Argentina), além de possibilitar um incremento na produção local.

**Thiago** de Aragão, analista político

Na prática, as coisas não são tão simples. Existem dois pontos centrais que ilustram a dificuldade dessa ideia. Uma dentro do contexto científico e outra dentro do contexto político.

No contexto científico, é importante lembrar que as vacinas não são iguais. As vacinas da Pfizer e da Moderna, por exemplo, são centradas em cima da tec-

nologia do RNA mensageiro, onde as informações genéticas de como combater o vírus são transmitidas, via a vacina, para nosso sistema imunológico saber se defender. Mesmo com a **quebra** de patentes, a capacidade de produção em diversos países do mundo seria limitada, pois precisaria de equipe treinada e equipamentos específicos para produzir esse tipo de vacina.

Se a produção dessa vacina se tornasse inviável a curto prazo, por dificuldades operacionais, como seria o posicionamento de alguns países para optar quebrar a patente de vacinas de maior "simplicidade" e não outras, mais complexas?

China pode se servir da **quebra** de patentes

O segundo ponto, que tende a trazer mais dificuldades domésticas para Biden do que o primeiro ponto, é a questão do posicionamento histórico dos EUA em relação a **quebra** de patentes, assim como a defesa global de propriedade intelectual.

Um dos pilares da narrativa contra a China por parte dos EUA vem sendo, justamente, a questão da propriedade intelectual e sua defesa. Esse é um dos argumentos mais sólidos dentro do contexto de acusação de espionagem industrial chinesa e da motivação por trás do offshoring (relocação de empresas americanas que produzem na China para produzir em outros países).

Caso Biden estimule até o fim a **quebra** de patentes, a China certamente usará esse episódio, por mais nobre que seja, para tentar deslegitimar a narrativa americana de que esse país pratica a violação de

Continuação: Mesmo com quebra de patentes, capacidade de produção de vacinas seria limitada em muitos países

propriedade intelectual, principalmente no campo tecnológico.

A poderosa indústria farmacêutica americana também reagirá de forma contundente. O principal argumento será de que, com **quebra** de patentes, o incentivo para investir pesado em pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos será diminuído, prejudicando a inovação em cima da produção de novos fármacos.

Por outro lado, os casos da Índia e do Brasil ilustram que a falta de vacinas e uma demanda global bem maior do que a oferta, acabam gerando tragédias humanas e seus efeitos não ficam restritos aos territórios onde o vírus se espalha. Todos acabam afetados e qualquer solução que sufoque o avanço do vírus em qualquer país, é bem-vinda.

## Índice remissivo de assuntos

**Patentes**

4, 6, 8, 9, 11, 19, 22, 23, 26, 27

**Marco regulatório | INPI**

6, 8

**Propriedade Intelectual**

6, 16, 19

**Inovação**

6, 9, 23

**Propriedade Industrial**

6, 8

**Entidades**

6, 23